

# As coisas belas SÃO DIFÍCEIS



**E**m outra oportunidade, já falei de Platão e da importância do seu livro *A República*, focando o *Mito de Er*, narrativa que se encontra ao final desse grande diálogo, fechando a ideia da busca da Justiça como uma prática (*dikaiosune*).

Como é que para Platão, no já referido diálogo, se concebe a estruturação do Estado? A base do Estado (*politeia*) é a Justiça (*dike*), mas não existe Justiça sem educação (*paideia*). É preciso enten-

der que quando Platão diz da necessidade da educação, ele está se referindo à educação da criança (*páis, paidós*), de cuja palavra se origina o termo *paideia*. Ao adulto, não se aplica o termo, pois ou está já educado ou ver-se-á persuadido ou constrangido pela lei.

Deve-se educar as crianças, procurando fazê-las entender, desde cedo que os deuses são bons e só fazem o bem, portanto, eles devem ser honrados; que é preciso honrar os pais, que devemos nos amar mutuamente e que não devemos temer a morte. O último princípio, o não temor da morte, queremos crer que pode ser lido de dois modos. A primeira leitura é pragmática: num mundo de guerras, onde a necessidade de defender seu território era permanente, o cidadão não podia temer a morte, pois pior do que a morte é a escravidão. Precisamos lembrar que Platão (428/7-348-7 a. C.) não viveu as guerras contra os persas, no território grego, quando Dario (490 a. C.) e Xerxes (480 a. C.) foram derrotados, e a contra os persas, na Ásia Menor, quando Címon os venceu (468 a. C.). Platão, no entanto, viveu o apogeu da Guerra do Peloponeso (431-404 a. C.).

A segunda leitura do não temor da morte pode ser entendida pelo prisma da reencarnação, vez que só a carne morre, a alma é imortal e haverá de retornar para viver novas vidas, conforme se pode constatar no *Mito de Er* (Livro X, 614a-621d). Ora, uma vez a criança tendo sido educada para buscar, reconhecer e praticar a Justiça, não há por que temer a morte. Diz Platão que a função da alma é viver, já a sua virtude é a Justiça. A prática da Justiça acabará por fazer

FOTOS: INTERNET



Platão e Aristóteles.  
Detalhe do afresco A  
Escola de Atenas, de  
Rafael Sanzio (1483-1520)



*Alegoria do mito da caverna, uma das teorias platônicas mais conhecidas*

► com que a alma encontre a Justiça nela mesma, depurando-se de todo o mal e de todo o vício. É a educação que proporciona isto, pois só a educação pode nos dar o discernimento do que é o bem e do que é o mal. O bem, uma vez descoberto, ele se reconhece a si mesmo, pois fazer o bem nos leva a um estado de *eudaimonia*, a felicidade. Já o mal, se continua a ser praticado, é por ignorância do que é o bem. Esta é, portanto, a primeira parte da constituição do Estado: educar as crianças.

Para um bom funcionamento do Estado, há três princípios básicos: cada um deve exercer a função para a qual está apto; deve existir uma limitação do número de filhos, de acordo com as posses de cada cidadão, e os pais devem estabelecer o amor às leis e às regras, desde a infância. A partir desses princípios basilares, pode-se construir um Estado justo, tendo como espelho a coragem, o conhecimento e a temperança. A coragem, para não temer a morte e poder proteger o seu território; o conhecimento para discernir o bem do mal, a virtude do vício; já a temperança, como diz Platão, é uma espécie de ordem e de império sobre os prazeres e as paixões (Livro IV, 430e). Não se trata de abolir

os prazeres, mas de saber ser comedido, de ser equilibrado, o que o grego chamava de *métron*.

É óbvio que um Estado não se constrói sem leis, mas um Estado justo procura a lei justa, que, para Platão, tem a seguinte concepção:

“A lei não se preocupa em assegurar uma felicidade excepcional a uma classe de cidadãos, mas procurar realizar a felicidade no Estado por completo, unindo os cidadãos pela persuasão ou pelo constrangimento, levando-os a fazer parte, uns aos outros, dos serviços que cada classe é capaz de dar à comunidade” (Livro VII, 519e-520a).

De modo a entender a argumentação de Platão em favor da prática da Justiça, existem três mitos dentro da *República*, que são importantes revisitar: o mito do anel de Gíges (Livro III, 359b-360d); a alegoria da caverna (Livro VII, 514a-519e), o mito de *Er* (614a-621d). A compreensão, análise e interpretação de cada uma dessas narrativas daria uma tese de doutorado. Vamos ater ao essencial.

Quem alude ao *anel de Gíges* é Glauco, um dos que dialogam com Platão e que acreditam em um sentido de Justiça diferente daquele que Platão apregoa. Para Platão, sintetizando, a Justiça é procurar fazer um bem que pode ser revertido em favor da comunidade, em favor de todos, o que significa abrir mãos de interesses individuais. Nesse aspecto, é melhor sofrer uma injustiça do que cometê-la. Glauco pensa diferente e narra, então, o mito do anel de Gíges. Gíges é um pastor que acha um cadáver escondido dentro de um cavalo de bronze, que se encontrava em uma grande vala aberta ao campo. Desse cadáver, Gíges retira um anel que o faz ficar invisível ou visível, conforme ele o pressione. Com o uso do poder do anel, Gíges entra na corte, seduz a rainha, torna-se rei, usurpando o poder. Para Glauco, quem tivesse um poder desses, sendo um deus na terra, e não o usasse seria um infeliz. Platão pensa diferente. Comentaremos mais adiante.

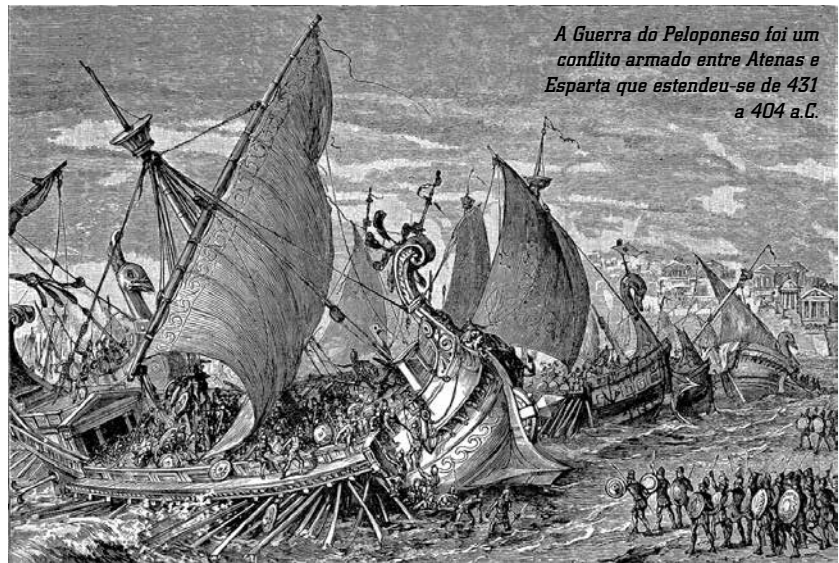
Na *alegoria da caverna*, os homens que lá se encontram presos, sem poder movimentar a cabeça, veem apenas as sombras do mundo exterior projetadas na parede da caverna. Para eles, esta é a realidade. Se algum dos habitantes da caverna conseguir sair da prisão e conseguir fazer a penosa e íngreme subida para a luz, ele será, de início, cegado pela luz, mas ao habituar-se, verá que o que ele via eram apenas as sombras dos que passavam fora da caverna. O que se tomava por verdade era apenas aparência. Se ele voltar à caverna e começar a esclarecer o que viu, afirmando que os que ali se encontram estão tomando a aparência pela verdade, aqueles acharão que ele enlouqueceu e haverá mesmo os que, se tiverem oportunidade, tentarão matá-lo pelo fato de ele estar dizendo coisas absurdas.

Quanto ao *Mito de Er*, temos que *Er* é um herói morto em batalha, que, por uma deferência dos deuses, volta à vida, no

► décimo segundo dia, quando seu corpo já se encontrava sobre a pira, para a realização das honras fúnebres. A intenção dos deuses é que Er seja testemunha do que vira no mundo dos mortos, narrando para os demais homens o que lá presenciara.

Alvo de um julgamento, as almas dos julgados justos se dirigiam para um caminho ascendente, em direção ao céu. Já as almas dos injustos tomavam um caminho descendente, em direção ao interior da terra. Er não recebe julgamento, reunindo-se às almas que vêm do céu ou do interior da terra, depois de cumpridos tempo e obrigações necessários para retornarem à vida, em novo corpo. Todas as almas que já haviam terminado o seu período de mil anos dirigiam-se ao local onde se encontrava o *Fuso da Necessidade*, cujas filhas estavam sentadas ao seu redor: Láquesis cantava o passado, Cloto cantava o presente e Átropos, o futuro. As almas se apresentavam, então, a Láquesis e ouviam a sua declaração, pronunciada por um intérprete divino: cada alma a começar nova vida escolhe seu próprio demônio (*daimwn*); o primeiro designado pela sorte escolhe a vida à qual estará ligado pela necessidade; a responsabilidade é de quem escolhe, não da divindade.

Narrando aos circunstantes, e especialmente a Glauco, o que Er vira no mundo dos mortos, a alegoria mítica de Platão nos revela a nós próprios que somos os únicos responsáveis por nossas escolhas. As consequências, portanto, dessas escolhas, boas ou más, também são de nossa inteira responsabilidade. Se não refletirmos com relação ao que escolhemos, iremos responder por elas. De nada adianta imputar a outrem ou aos deuses o modelo de vida que escolhemos, mas refletir sobre ele, antes de escolher. Assim, através da alegoria, o *mito* ajuda o *lógos* a demonstrar o sentido do que é a Justiça, Justiça que está em nós mesmos, nas escolhas que fazemos e, sobretudo, na responsa-



A Guerra do Peloponeso foi um conflito armado entre Atenas e Esparta que estendeu-se de 431 a 404 a.C.

bilidade que assumimos, com relação aos nossos atos. Não há como procurar a Justiça fora de nós, pois ela não é algo abstrato nem se encontra no outro. Nós somos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto dela. Como só atingimos a Justiça com a prática diária da Justiça, a partir da escolha primordial dos nossos atos, nós somos o sujeito responsável pela sua existência. É desse modo que o termo *dikaïosune*, prática da Justiça, usado em todo o diálogo, torna-se *Dike*, personificação da Justiça.

O *Mito de Er* é plausível, pois é uma alegoria, exemplo de que se utiliza o discurso teórico e argumentativo para se fazer melhor compreender. O *Mito de Er* mostra uma plausibilidade, unindo duas faces diferentes, mas não excludentes, da expressão verbal do dizer algo a alguém: *mito* e *lógos*.

Como juntar as três narrativas, de modo a demonstrar que elas estão na essência da argumentação para a construção de um Estado justo? Lembremos que o *mito do anel de Gíges* foi narrado por Glauco, para argumentar que quem tem o poder de fazer o que quer e não o faz é infeliz. Platão contrapõe-se argumentando que só a realização do bem é que traz a felicidade. Só a busca da Justiça e do equilíbrio é capaz de fazer o homem atingir a felicidade máxima – a *eudaimonéstatos* (Livro X, 619b).

Na realidade, o sentido da Justiça é exatamente contrário ao que pensa Glauco. Precisamos buscar a Justiça sempre, exista ou não fiscalização sobre nós. Não se deve fazer a Justiça por medo da lei ou só quando estamos sendo observados. Por essa concepção, o anel de Gíges é, portanto, inútil: a Justiça deve ser praticada, sobretudo, quando não estamos sendo vigiados. Por outro lado, o que nos diz a alegoria da caverna é que cabe a quem fez o caminho árduo e íngreme do conhecimento descer para levar a luz para os demais (*paideia*), pois o conhecimento educa e leva à verdade.

Enfim, os caminhos para encontrarmos a Justiça são: fugir da intemperança e das paixões que nos escravizam e nos tornam injustos (o anel de Gíges), por intermédio do difícil caminho da busca da luz do conhecimento, que deve ser difundido mesmo enfrentando outras dificuldades (alegoria da caverna) e assumir que as escolhas são responsabilidades nossas, sem imputar culpas a ninguém (mito de Er). É difícil? Sim, por isto mesmo Platão afirmou: *Khalepà tà Kalá* – As coisas belas são difíceis (Livro IV, 435c). ◀

Milton Marques Júnior é professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mora em João Pessoa (PB)